

# L · E · T · U · R · A · S

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

SUPLEMENTO CULTURAL

Ano I nº 06 Brasília, 08 de junho de 1963

## Lei Orgânica do Distrito Federal

CÂMARA LEGISLATIVA

*A lei  
do povo*

## Lei Orgânica do Distrito Federal

## Lei Orgânica do Distrito Federal

*Autonomia nasce  
com JK*

Quando o Congresso Nacional apreciou, pela primeira vez, emendas de representação política para Brasília durante o regime militar, a perplexidade tomou conta de autoridades, políticos, seguranças da Casa e, mesmo morando aqui, repórteres que diariamente cobrem as suas atividades. Seriam examinadas conjuntamente uma emenda do então deputado Epitácio Cafeteira (MA), instituindo representações brasilienses no Senado e na Câmara dos Deputados, e outra do então senador Itamar Franco (MG), que criaria uma Assembléia Legislativa no Distrito Federal.

Relatando a matéria, o senador Bernardino Viana (PI) mostrava a razão da surpresa, afirmando, sem qualquer constrangimento, que os brasilienses não queriam votar, até porque aqui não haveria propriamente uma população, mas apenas pessoas que permaneciam na cidade enquanto ocupavam cargos da administração federal. A imprensa local sabia que não era bem assim, mesmo com a cobertura de Brasília, à época, restrita a duas magras páginas, uma em cada jornal da cidade. A votação daquelas emendas, por exemplo, mal chegou a ser previamente noticiada.

Era um dia de março de 1981, logo após o carnaval e algo muito estranho sucedeu para aquelas pessoas que não conheciam Brasília ou preferiam fechar os olhos à sua realidade. À medida que se aproximava a hora da sessão, iam chegando os populares, até que as galerias ficaram repletas. Pouco depois de desdenharem a movimentação das poucas lideranças brasilienses já envolvidas na luta, senadores e deputados deixavam os queixos caírem no exato momento em que acabavam de levantar os olhos para as galerias.

De um lado e de outro, ali estavam dois mundos. O de uma população flutuante, capaz de circular apenas no estreito universo da Esplanada dos Ministérios, suas quadras residenciais, Setor de Embaixadas, dois ou três restaurantes sofisticados e, alguns, o Setor Militar Urbano. Sentiam-se à vontade para crer que Brasília se restringia a isto. E o mundo dos habitantes do Distrito Federal, a maioria vivendo nas cidades-satélites e vindo ao



Foto/Márcio de Barros

# O povo, nas galerias, assusta o Congresso

FERNANDO TOLENTINO

Jornalista/Câmara Legislativa

Plano Piloto somente para trabalhar (ou procurar emprego). Estes tinham certeza que aquele espaço reduzido do poder não era a sua Brasília.

As autoridades jamais esperavam por aquilo. Sem eleições, estavam convencidas que em Brasília não havia lideranças capazes de mobilizá-la. Os próprios sindicatos já emancipados de interventores ou pelegos mantinham-se afastados da política. Além disto, pelo perfil de sua luta, não se enraizavam regionalmente. Como prever aquela mobilização?

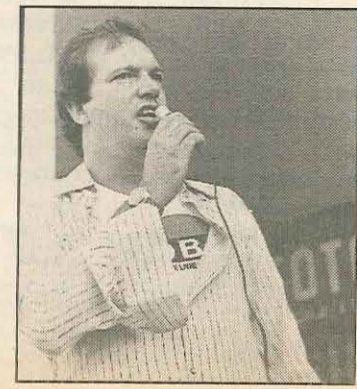
Realmente, os governos militares não são pródigos em sociólogos e muitos des-

tes, distantes do povo, não conseguem compreendê-lo. A verdade é que, se há um povo e este tem problemas, existem lideranças, reconhecidas ou não. O único problema seria atraí-las e engajá-las naquela luta. As autoridades apostavam que isto seria impossível.

Não se deram conta de duas estruturas, exaustivamente jogadas no esforço de mobilização por eleições em Brasília. Ao contrário de outras estruturas corporativas, a Associação Comercial articula-se com entidades similares nas cidades-satélites. Entre os partidos que, a despeito da proibição legal, organizavam-se, o PMDB também já contava

com diretórios em todo o Distrito Federal. Foram os principais instrumentos da surpreendente mobilização.

O PMDB implantara-se no ano anterior com essa bandeira. E não contou com o



Tolentino no início da luta pela autonomia

mínimo entusiasmo do então presidente, Ulysses Guimarães, que só concedeu a palavra aos correligionários brasilienses, na convenção de dezembro de 1980, ao vê-

los esgrimir a solidariedade de mais de cem deputados do partido. A eficiência do movimento, porém, refletida nas galerias cheias, se chamou a atenção de parlamentares de outras legendas para o surgimento da vida política na cidade, também causou espécie à sua bancada.

As emendas foram rejeitadas, diante da revolta dos manifestantes. Os deputados não chegaram a votar, preferindo retirarem-se do plenário, negando quórum para a votação. Mas as cúpulas dos partidos viram-se obrigadas a observar o fenômeno. Tanto que o então deputado Alceu Collares do PDT, rapidamente providenciou a apresentação de outra emenda com idêntico objetivo.

As autoridades sobressaltaram-se ao notar que perdiam o controle sobre a população local. Os partidos oposicionistas sentiram a fertilidade do terreno brasiliense para sua mensagem. E o embate entre estes dois pólos não tardaria. Os organizadores aproveitaram o momento positivo e marcaram um importante ato político para 23 de abril.

Seria o primeiro ato oficializado das oposições em Brasília. Marcado para o auditório da Associação Comercial, foi transferido para o estacionamento em frente ao prédio, tal a quantidade de pessoas que acorreram ao local. Ali, da sacada do prédio, falaram as mais expressivas lideranças oposicionistas brasileiras: Ulysses Guimarães (PMDB), Leonel Brizola (PDT), Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Tancredo Neves, do hoje extinto Partido Popular.

As autoridades imaginaram conseguir, naquela ocasião, jogar uma pá de cal no movimento. Cerca de 200 soldados fortemente armados, munidos de bombas de gás, impuseram a evacuação da área e abortaram a manifestação. O ato e a repressão ganharam as páginas dos grandes jornais do País e o movimento por eleições em Brasília assegurou a solidariedade das lideranças nacionais da oposição.